



11

RETRATOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA: QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E TRIBUTAÇÃO

JULHO/2013



CNI

11

RETRATOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA:
QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E TRIBUTAÇÃO



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

Presidente: Robson Braga de Andrade

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS

Fernando Augusto Trivellato

Diretor

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Carlos Eduardo Abijaodi

Diretor

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti

Diretor

DIRETORIA DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIA

José Augusto Coelho Fernandes

Diretor

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Mônica Messenberg Guimarães

Diretora

DIRETORIA JURÍDICA

Hélio José Ferreira Rocha

Diretor

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Carlos Alberto Barreiros

Diretor

RETRATOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA:

QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E TRIBUTAÇÃO

Julho / 2013



Confederação Nacional da Indústria

© 2013. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

Gerência Executiva de Pesquisa e Competitividade – GPC

FICHA CATALOGRÁFICA

P474

Pesquisa CNI – IBOPE: retratos da sociedade brasileira: qualidade dos serviços públicos e tributação. – (jul. 2013)

– Brasília: CNI, 2013.

29p.

1. Qualidade dos serviços públicos 2. Tributação

CDU 654.01

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3317- 9001

Fax: (61) 3317- 9994

<http://www.cni.org.br>

Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

sac@cni.org.br

SUMÁRIO

1 Principais resultados	9
2 Qualidade dos serviços públicos	11
3 Tributação, disponibilidade e uso dos recursos públicos	14
4 Especificações técnicas da pesquisa	27

1 Principais resultados

Qualidade dos serviços públicos

- De 13 tipos de serviços, nove foram considerados de baixa ou muito baixa qualidade pela maioria da população.
 - O piores avaliados são: Segurança pública; Postos de saúde e hospitais; Transporte público; e Educação fundamental e ensino médio.
- De um modo geral, a população identifica a responsabilidade da cada nível de governo no suprimento dos serviços públicos, mas parcela significativa defende que todos são igualmente responsáveis ou devem ser igualmente cobrados.

Tributação, disponibilidade e uso de recursos públicos

- 53% da população respondem que a maior parte dos impostos vão para o governo federal
- 51% acreditam que o governo estadual precisa da ajuda do governo federal para prover serviços públicos adequados
 - No Rio Grande do Sul, Ceará e Santa Catarina esse percentual é de: 73%, 67% e 58%, respectivamente.
 - No Rio de Janeiro, 60% da população acreditam que o estado tem dinheiro suficiente.
- 62% da população acreditam que a prefeitura precisa da ajuda dos governos federal e estadual para prover serviços públicos adequados
- 85% da população reconhecem que o governo federal ajuda os governos estaduais e municipais, mas cerca de 70% acham que ajuda menos que deveria
- 74% da população acreditam que a presidente e seus ministros, bem como os governadores e seus secretários utilizam mal ou muito mal os recursos públicos
 - No caso dos prefeitos e seus secretários esse percentual é de 70%.
- 87% da população concordam total ou parcialmente com a afirmação de que “o governo já arrecada muito e não precisa aumentar mais os impostos para melhorar os serviços públicos”

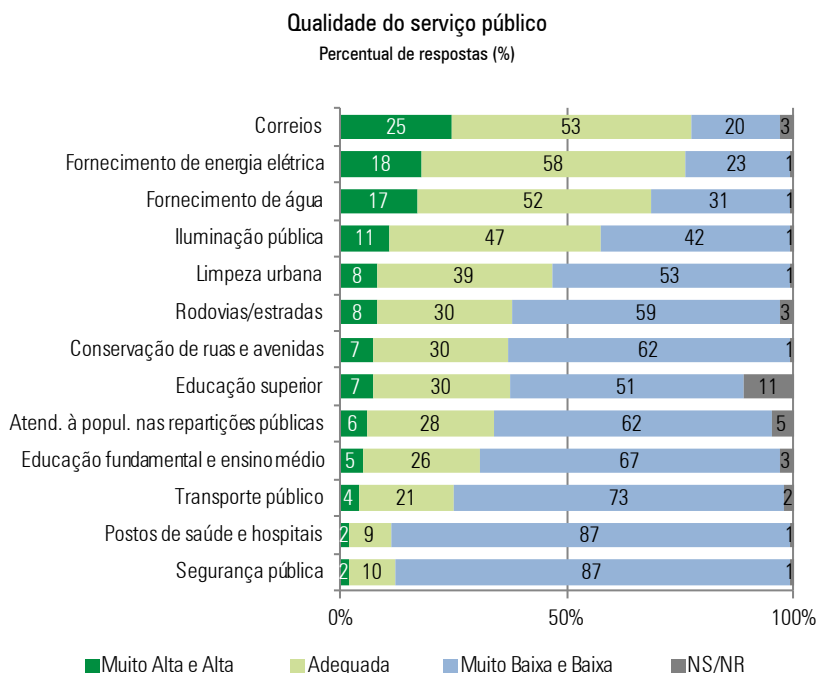
- 82% concordam total ou parcialmente que “a baixa qualidade dos serviços públicos deve-se mais à má-utilização dos recursos públicos do que à falta deles”
- 89% discordam total ou parcialmente que “para melhorar os serviços públicos é preciso aumentar os impostos”
- 91% acham que os impostos no Brasil são elevados ou muito elevados
- O imposto que mais afeta o orçamento familiar é o ICMS, opção escolhida por 32% dos entrevistados
- São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, são os estados com o maior percentual de residentes que consideram o ICMS do estado mais elevados que o dos demais estados do Brasil.

2 Qualidade dos serviços públicos

Maioria dos serviços públicos é considerada de baixa qualidade

Dos 13 tipos de serviços públicos avaliados, a maioria da população avalia como pelo menos adequado quatro: correios, fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água e Iluminação Pública. Todos os demais têm um percentual de entrevistados que consideram a qualidade do serviço baixa ou muito baixa superior a 50%.

Os serviços com pior avaliação são segurança pública e postos de saúde e hospitais, ambos considerados de baixa ou muito baixa qualidade por 87% dos entrevistados. Transporte público aparece em seguida com um percentual de 73% de baixa ou muito baixa qualidade e educação fundamental e ensino médio com 67% de baixa ou muito baixa.



Em pesquisa realizada pela CNI em 2011, os mesmos serviços públicos foram avaliados pela população brasileira – exceção apenas dos correios. No geral, não houve alteração significativa nos resultados. Destaque apenas para Educação superior, que na comparação do *ranking*, excluindo os correios, saiu do quinto lugar em 2011 para o sétimo em 2013.

Em praticamente todos os serviços, o percentual de respostas em baixo ou muito baixo, atribuído à qualidade dos serviços, aumentou de 2011 para 2013 – exceção apenas para o fornecimento de água, que caiu de 34% para 31%. Destacam os resultados para transporte público

que aumentou em 18 pontos percentuais (p.p.) as marcações em baixo ou muito baixo em 2013 comparativamente à 2011; e segurança pública que aumentou em 16 p.p..

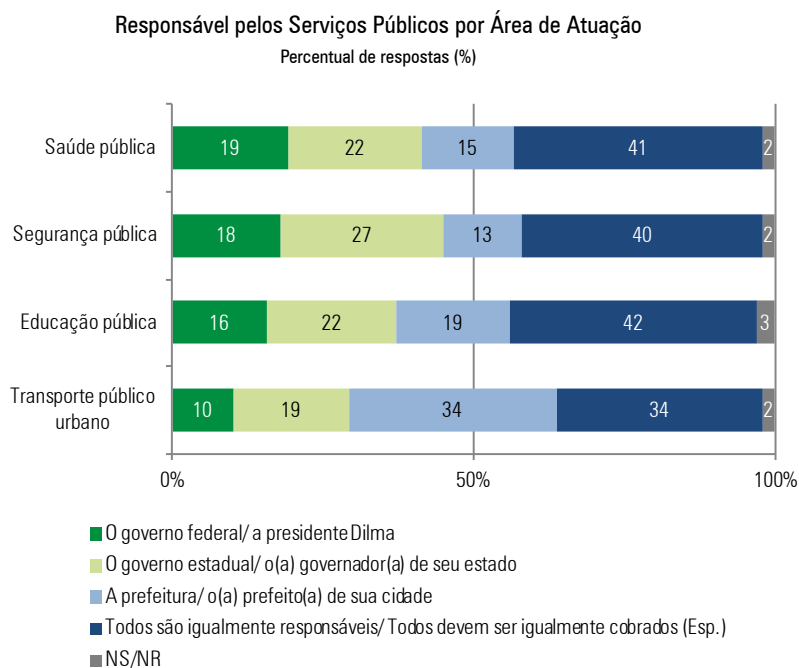
Parcela considerável da população acredita que governo federal, estados e municípios sejam igualmente responsáveis pelo suprimento de serviços públicos

O federalismo no Brasil e a divisão de responsabilidade dos serviços públicos entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) gera alguma dificuldade para a população identificar o governo responsável pelo serviço em questão.

Considerando os quatro serviços que mais preocupam a população brasileira, cerca de 40% responderam, espontaneamente, que a responsabilidade é dividida igualmente entre os três níveis para os casos de saúde, segurança e educação, ou que todos devem ser igualmente cobrados.

Para educação, a segunda maior escolha recaiu sobre o governo estadual (22%), seguido pelo municipal (19%) e federal (16%). No caso da saúde, 22% colocam a responsabilidade no governo estadual, 19% no governo federal e 15% no municipal. Com relação à segurança pública, cresce o percentual que responsabiliza o governo estadual (27%). Governo federal e municipal ficam com 18% e 13%, respectivamente.

No caso de transporte público urbano, a responsabilidade maior é creditada ao governo municipal (34%), mesmo percentual apontou que a responsabilidade é dividida igualmente entre os três níveis de governo. O governo estadual foi escolhido por 19% e o federal por 10%.



Ao se avaliar os mesmos quatro tipos de serviços, mas com um detalhamento mais específico, percebe-se que a população, de um modo geral, consegue identificar a instância governamental responsável. Cabe ressaltar, contudo, que independente do serviço, parcela significativa da população (de 26% a 34%) considera que os serviços são de responsabilidade dos três níveis de governo.

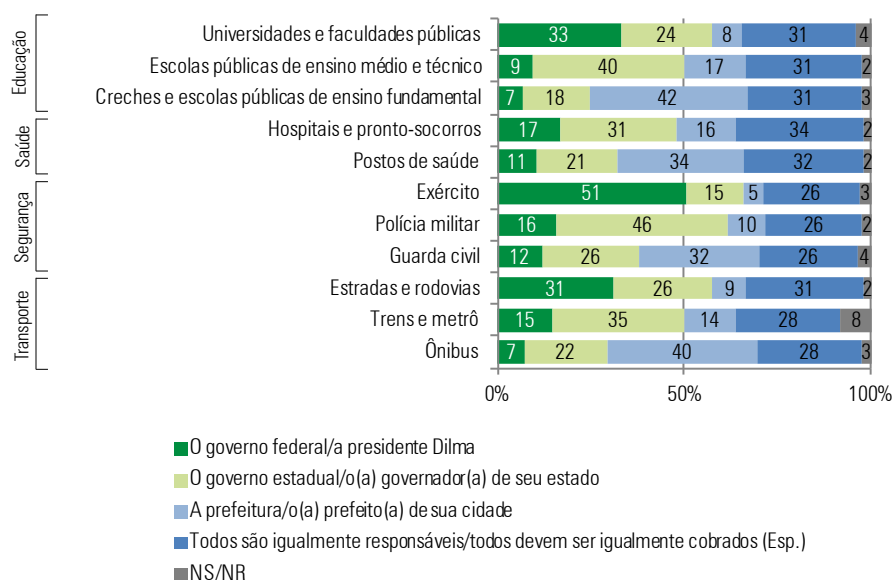
Na educação, no que concerne a creches e ensino fundamental, 42% responsabilizam o governo municipal. No caso das escolas de ensino médio e técnico, 40% escolheram o governo estadual e no caso das universidades, 33% responsabilizam o governo federal e 24% o estadual. Em todos esses três casos, 31% acham que a responsabilidade é dividida igualmente entre os três níveis de governo (escolha espontânea, ou seja, não era uma das opções de resposta).

Na área de saúde, 34% responsabilizam o governo municipal pelos postos de saúde, com 21% responsabilizando o governo estadual. No caso de hospitais e pronto socorros, têm-se 31% afirmando que o maior responsável é o governo estadual, 17% o governo federal e 16% o municipal.

Na área de segurança pública, a guarda civil é considerada de responsabilidade da prefeitura por 32% dos entrevistados e do governo estadual por 26%. A polícia militar é considerada de responsabilidade do estado por 46% dos entrevistados e o exército do governo federal por 51%.

Com relação ao transporte, para 40% o governo municipal é o responsável pelos ônibus. No caso de trens e metrô, o estado é escolhido por 35%. O governo federal é escolhido por 31% quanto o tema é estradas e rodovias, sendo que 26% escolheram o estado.

Responsabilidade por serviços públicos específicos
Percentual de respostas (%)



3 Tributação, disponibilidade e uso dos recursos públicos

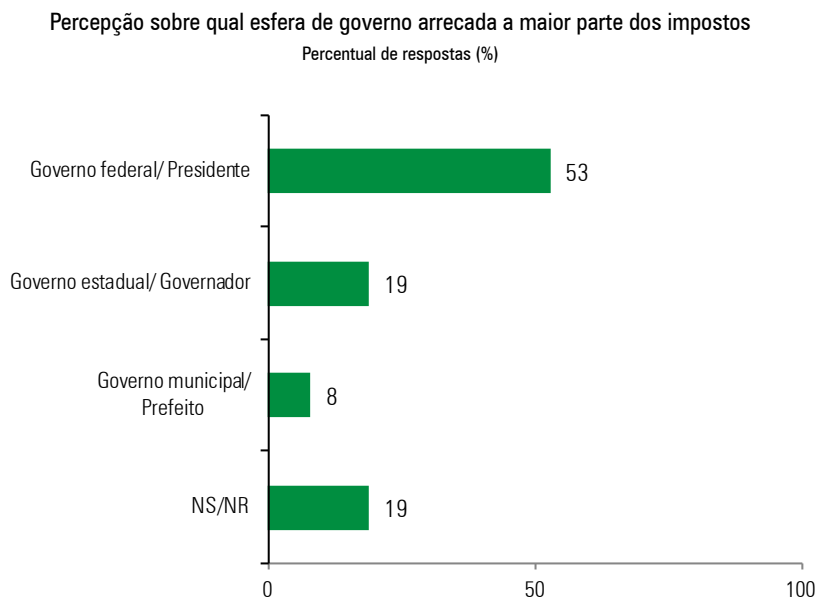
População acredita que maior parte dos impostos vai para o governo federal

Para mais da metade da população (53%), a maior parte dos impostos pagos pela população vai para o governo federal. Para 19%, a maior parte vai para os estados e o mesmo percentual não quis ou não soube responder.

A proporção dos entrevistados que acreditam que a maior parte dos recursos arrecadados vai para o governo federal cresce à medida que se aumenta o grau de instrução do respondente. De 46% entre os com até a 4ª série do ensino fundamental para 63% entre os com curso superior. Cabe ressaltar, no entanto, que isso ocorre apenas porque o percentual de não resposta aumenta com a redução do grau de instrução.

Na Região Sul, o percentual dos que acreditam que a maior parte vai para o governo federal é maior (58%). Considerando os 11 estados selecionados, em Pernambuco o percentual sobe para 67%. No Paraná também é elevado: 60%.

Em Minas Gerais, o percentual dos que acreditam que a maior parte dos impostos vai para o governo federal cai para 47%. Todavia, esse resultado é influenciado pelo aumento do percentual dos que acreditam que a maior parte vai para o governo estadual (21%) e pelo maior percentual de não resposta (23%).



Percepção é que estados e municípios não tem recursos para prover serviços públicos adequados

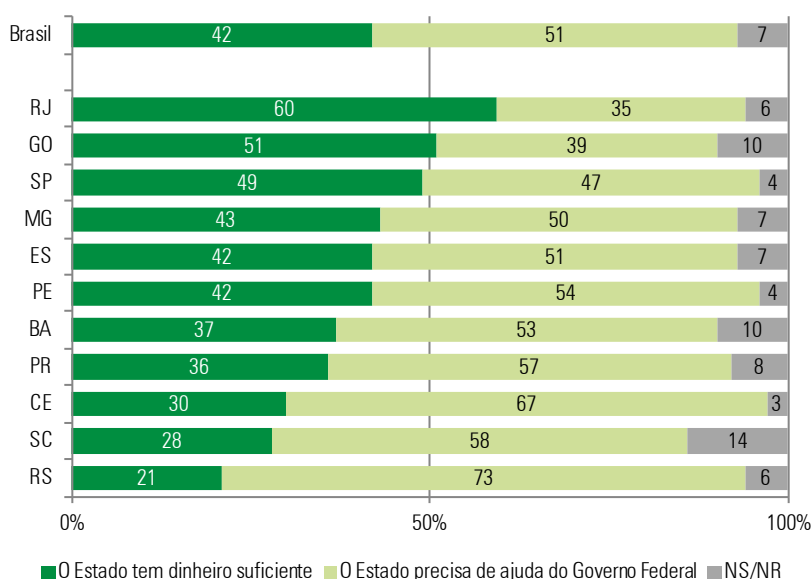
A percepção de que a maior parcela da arrecadação tributária no país vai para o governo federal é reforçada com a percepção de que o estado não tem recursos suficientes para fornecer serviços públicos adequados. Essa é a opinião de 51% dos entrevistados.

A percepção de que o estado necessita de ajuda do governo federal é maior entre os residentes da Região Sul (64%). No Norte/Centro-Oeste, o percentual cai para 43%.

Entre os 11 estados selecionados, no Rio Grande do Sul, 73% da população acredita que o estado precisa da ajuda do governo federal. É o maior percentual entre as 11 unidades da federação. No Ceará é de 67% e em Santa Catarina 58%.

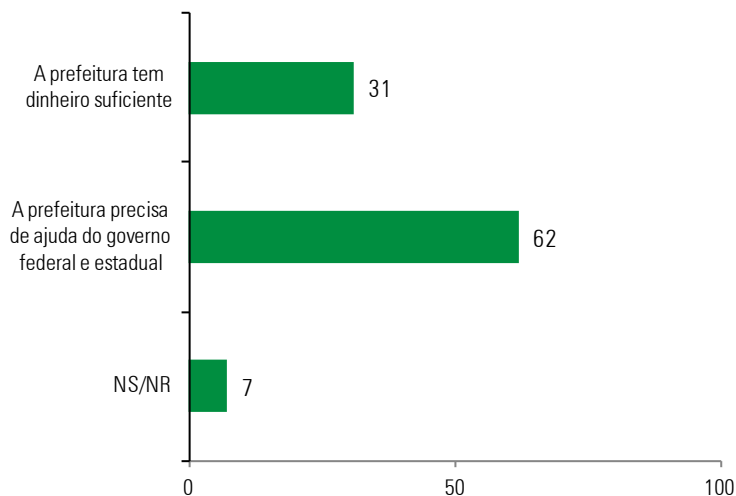
No Rio de Janeiro, 60% dos entrevistados acreditam que o estado não precisa da ajuda do Governo Federal e 35% acham que precisa. Em Goiás, 51% acham que o estado tem dinheiro suficiente e, portanto, não precisa de ajuda.

Avaliação da capacidade financeira do governo estadual de prover serviços públicos
Percentual de respostas (%)



Para a população brasileira, a situação financeira dos municípios é mais delicada. Para 62% dos entrevistados, a prefeitura precisa do apoio do governo federal e/ou estadual para prover serviços públicos adequados à população. A população do Sul do país é a que mais acredita que as prefeituras precisam da ajuda dos governos estaduais e federal (71%).

Avaliação da capacidade financeira da administração municipal de prover os serviços
Percentual de respostas (%)



População reconhece que o governo federal apoia os governos estaduais e municipais, mas considera esse apoio insuficiente

Não só a população brasileira acredita que os estados e municípios precisam da ajuda do governo federal para prover serviços públicos adequados, como acredita que o governo federal ajuda menos do que deveria.

Cerca de 85% da população reconhece que o governo federal apoia os governos estaduais e municipais no provimento de serviços públicos nas áreas de saúde, educação, segurança pública e transporte urbano. 10% dos entrevistados não quiseram ou não souberam responder a pergunta e menos que 5% acreditam que o governo federal não ajuda os governos estaduais e/ou municipais.

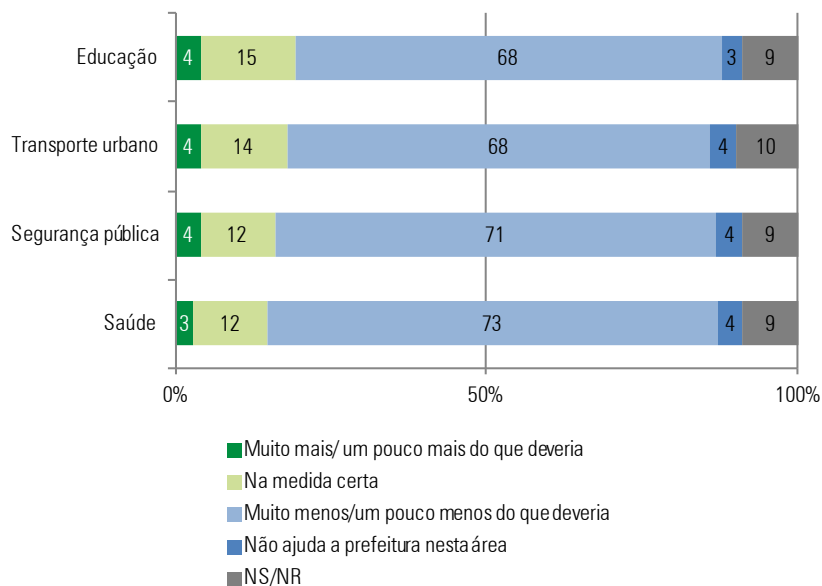
Ainda que reconheça o apoio, a população acredita que ele é insuficiente e deveria ser maior do que é. Essa é a opinião de cerca de 70% da população no que diz respeito ao apoio do governo federal às prefeituras. O mesmo percentual acredita que os governos estaduais também apoiam as prefeituras menos do que deveriam.

No caso do apoio do governo federal aos governos estaduais a percepção é similar. O percentual da população que acredita que o governo federal ajuda mais que deveria não passa de 5%, seja em saúde, educação, segurança pública ou transporte urbano.

Considerando as 11 unidades da federação selecionadas, Rio Grande do Sul e Minas Gerais são os estados com a população mais insatisfeita com o apoio do governo federal.

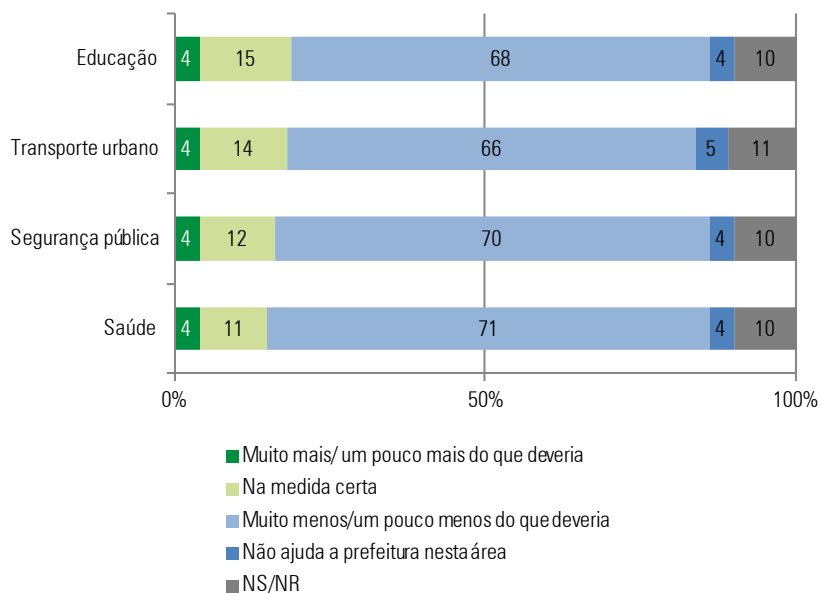
Apoio do governo estadual à administração municipal

Percentual de respostas (%)



Apoio do governo federal à administração municipal

Percentual de respostas (%)



No outro extremo, com o maior percentual de que a ajuda é mais que suficiente tem-se Rio de Janeiro e Ceará. Note-se que mesmo nestes estados, a maioria da população acredita que a ajuda é menor que deveria.

Na área de saúde, 83% dos gaúchos e o mesmo percentual de mineiros acham que o governo federal apoia menos que deveria o estado. Em seguida tem-se São Paulo, cujo percentual é de 79%. No Rio de Janeiro, 11% acham que a ajuda é mais que adequada e 16% que é adequada. No Espírito Santo, esses percentuais são 7% e 9%, respectivamente.

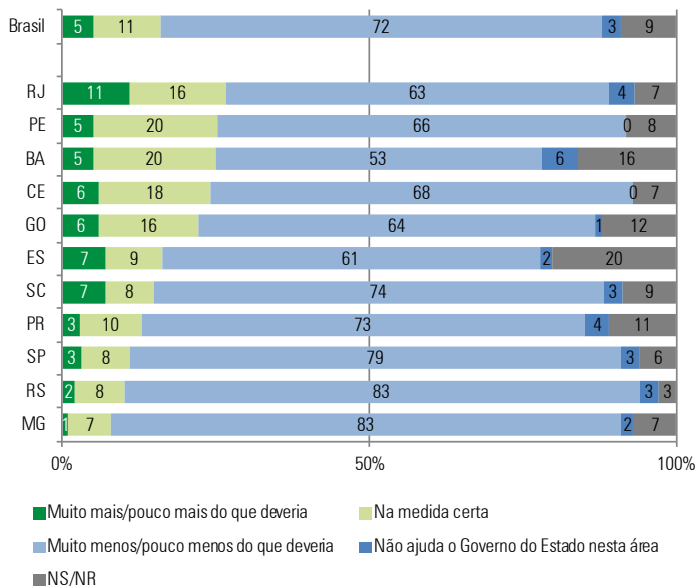
No quesito educação, 84% dos gaúchos acham o apoio menos que o adequado. Em seguida, entre os mais insatisfeitos, têm-se São Paulo (77%) e Santa Catarina (71%). Em Pernambuco, 10% acha que o apoio do governo federal é mais que adequado e 27% que é adequado. No Rio de Janeiro esses percentuais são 11% e 18%, respectivamente, e no Ceará, 7% e 21%, respectivamente.

No que diz respeito à segurança pública, 86% dos residentes no estado do Rio Grande do Sul estão insatisfeitos com o apoio do governo federal ao governo estadual. No *ranking* dos mais insatisfeitos seguem os mineiros (78%) e os paulistas (75%). Novamente o Rio de Janeiro apresenta o maior percentual dos que acreditam que o apoio é mais que adequado: 9%. Para 16% dos cariocas o apoio é adequado. No Ceará e na Bahia, 6% e 5%, respectivamente, acham o apoio mais que adequado e 18%, que é adequado.

Em transporte urbano, o estado do Rio Grande do Sul também apresenta o maior contingente de entrevistados que acreditam que o apoio é menor que o adequado: 79%. Em São Paulo, o percentual é de 74% e cai para 69% em Pernambuco. Aqui também o Rio de Janeiro aparece com o maior percentual de que o apoio é mais que adequado: 9%, sendo que 18% acham que é adequado. No Ceará esses percentuais são: 6% e 23%, respectivamente.

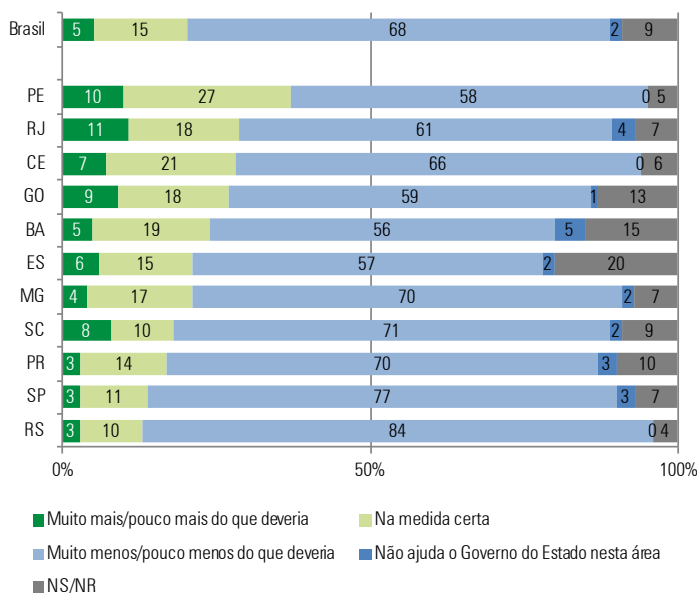
Apoio do governo federal ao governo estadual - Saúde

Percentual de respostas (%)



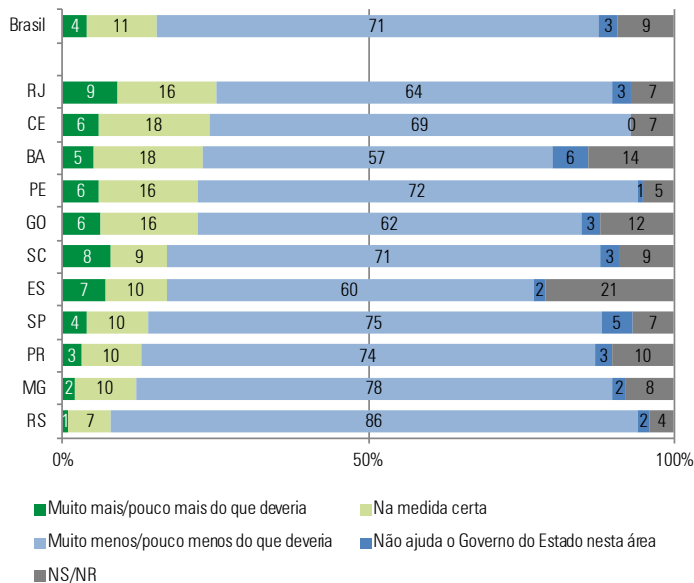
Apoio do governo federal ao governo estadual - Educação

Percentual de respostas (%)



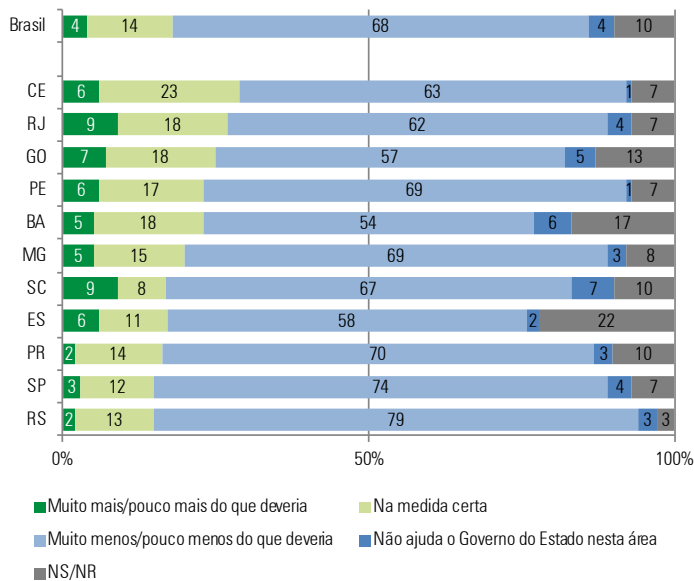
Apoio do governo federal ao governo estadual - Segurança pública

Percentual de respostas (%)



Apoio do governo federal ao governo estadual - Transporte urbano

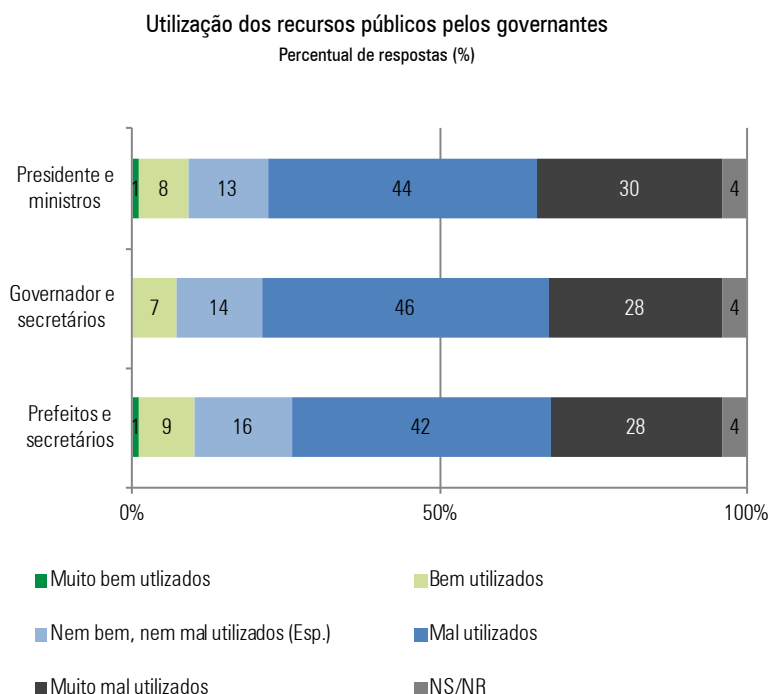
Percentual de respostas (%)



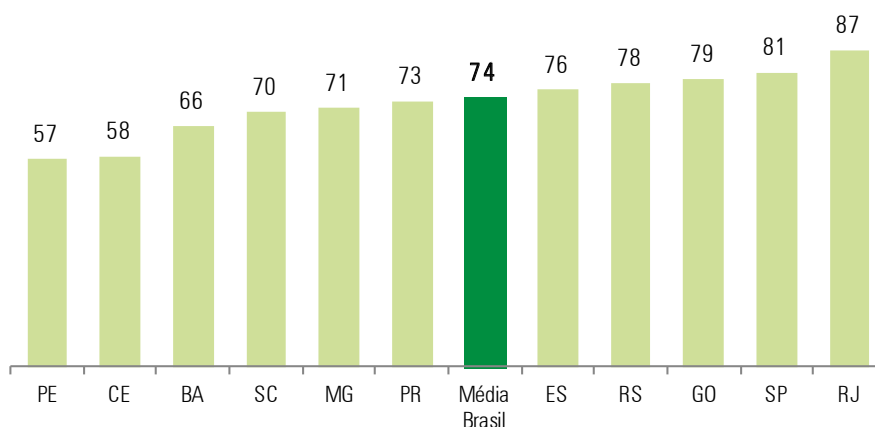
Brasileiro considera que os recursos públicos são mal utilizados por seus governantes

Ainda que a população reconheça que estados e municípios não recebam a maior parte dos tributos arrecadados e que o apoio do governo federal seja menos que o adequado, o senso comum é que os recursos são mal utilizados em todos os níveis de governo. No caso dos recursos públicos utilizados pela presidente e seus ministros, 74% da população acredita que são mal ou muito mal utilizados. Esse percentual é igual ao referente ao governador e seus secretários. No caso dos prefeitos e seus secretários, na média nacional, tem-se que 70% da população considera que os recursos são mal ou muito mal utilizados.

Considerando os 11 estados selecionados, o percentual da população que considera que o governador e seus secretários utilizam seus recursos mal ou muito mal varia de 57% e 58% em Pernambuco e Ceará, respectivamente, a 81% e 87%, em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente.



Percentual que acredita que o governador e seus secretários utilizam os recursos públicos mal ou muito mal
Percentual de respostas (%)



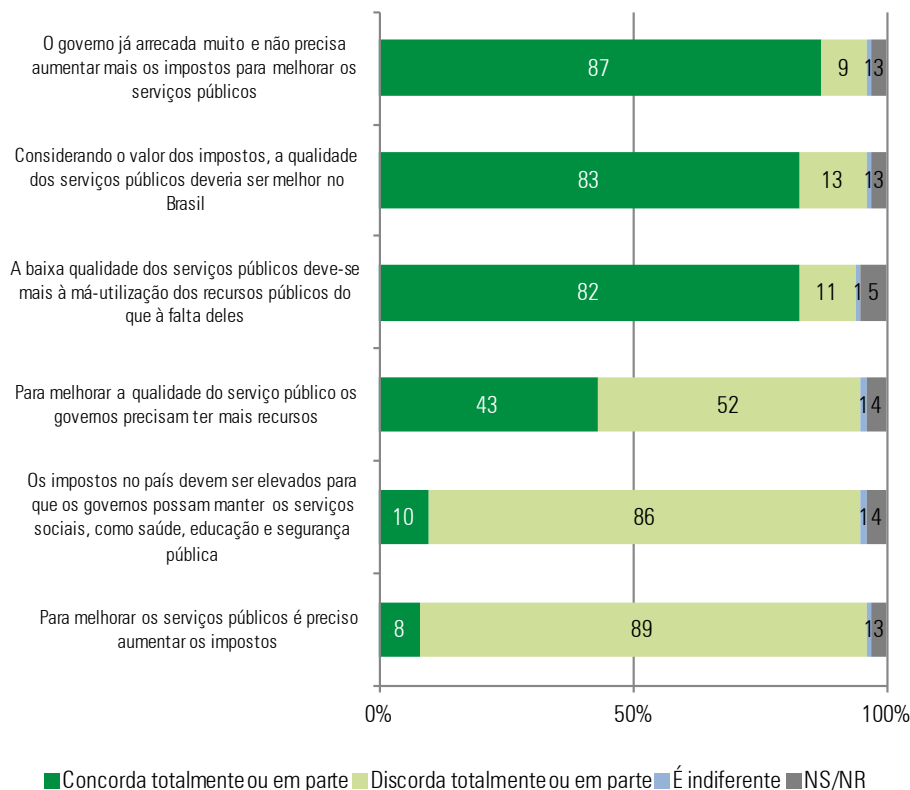
População acredita que os recursos públicos são mais que suficientes para que os serviços sejam de qualidade

A população brasileira acredita que os governos arrecadam o suficiente para prover serviços públicos de qualidade. 87% dos entrevistados concordam totalmente ou em parte com a afirmação que “o governo já arrecada muito e não precisa aumentar mais os impostos para melhorar os serviços públicos”. Para 83%, “considerando o valor dos impostos, a qualidade dos serviços públicos deveria ser melhor no Brasil”.

Note-se que 43% concordam totalmente ou em parte que “para melhorar a qualidade do serviço público, os governos precisam ter mais recursos”. Isso não significa que eles concordem que os impostos devam ser aumentados. De fato, 89% discordam total ou parcialmente da afirmação que “para melhorar os serviços públicos é preciso aumentar os impostos”; e 86% discordam total ou parcialmente que “os impostos no país devem ser elevados para que os governos possam manter os serviços sociais, como saúde, educação e segurança pública” – um aumento de 22 p.p. em relação ao percentual da pesquisa de 2011.

A população considera que o governo já arrecada o suficiente e como visto anteriormente, acha que estados e municípios precisam de mais recursos porque o grosso da arrecadação vai para o governo federal. Para a população, um dos problemas é a má utilização dos recursos pelos governantes. 82% concordam em parte ou totalmente com a afirmação “a baixa qualidade dos serviços públicos deve-se mais à má utilização dos recursos públicos do que à falta deles”.

Percentual que acredita que o governador e seus secretários utilizam os recursos públicos mal ou muito mal
Percentual de respostas (%)



Carga tributária é muito elevada

Para 91% dos entrevistados, os impostos pagos no Brasil são elevados ou muito elevados e para 90%, nos últimos anos, os impostos aumentaram. Ambos percentuais cresceram em relação aos apurados na pesquisa realizada em 2011, quando situaram-se em 87% e 79%, respectivamente.

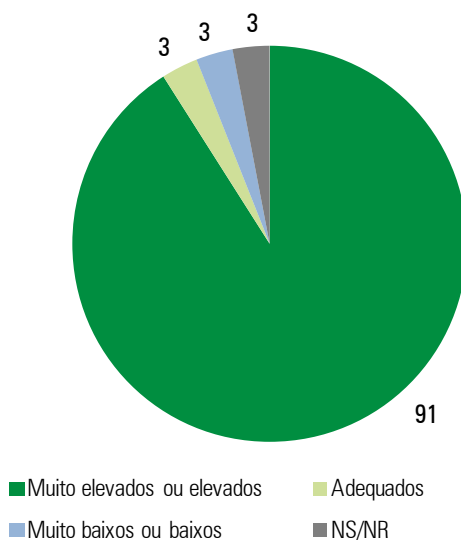
Para 32% dos respondentes, o imposto que mais impacta no orçamento familiar é o ICMS. Em segundo lugar tem-se o IPTU, escolhido por 15% dos entrevistados; e na sequência, o Imposto de Renda (9%) e o IPVA (8%). Note-se que 22% dos entrevistados não souberam ou não quiseram responder a questão.

Para 88% da população brasileira, o ICMS é elevado ou muito elevado. Considerando os 11 estados selecionados, o percentual cresce de 72% na Bahia e 76% em Santa Catarina para 94% no Paraná e 95% em São Paulo.

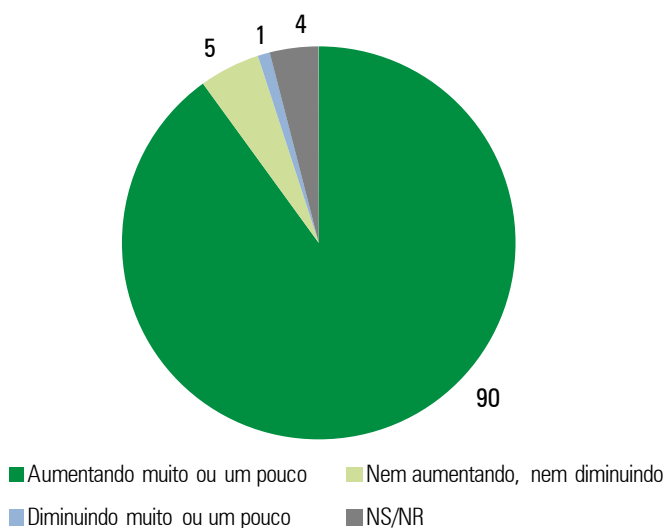
Na comparação com os demais estados, 42% acreditam que o ICMS de seu estado é maior. Para 30% da população, ele é igual ao ICMS dos demais estados e 23% não souberam ou não quiseram responder.

O percentual dos que consideram o ICMS de seu estado superior que dos demais sobe para 61% entre os paulistas e 50% entre os cariocas e gaúchos.

Avaliação da carga tributária brasileira
 Percentual de respostas (%)

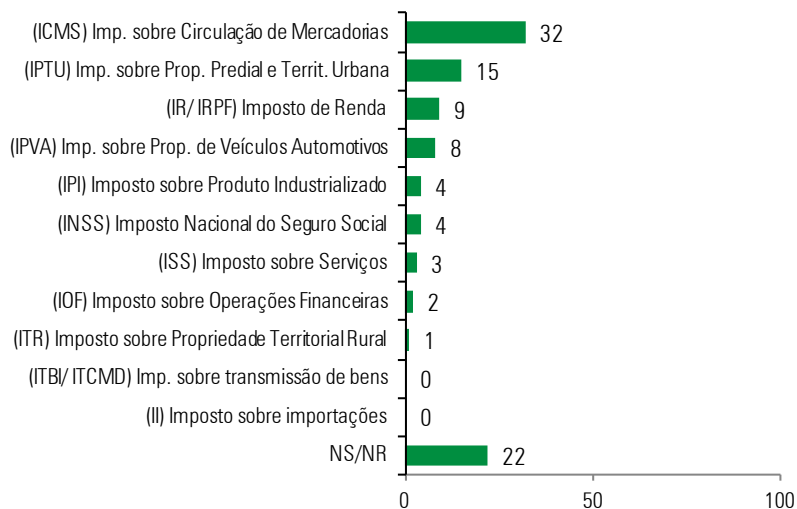


Percepção sobre o aumento dos impostos nos últimos anos
 Percentual de respostas (%)



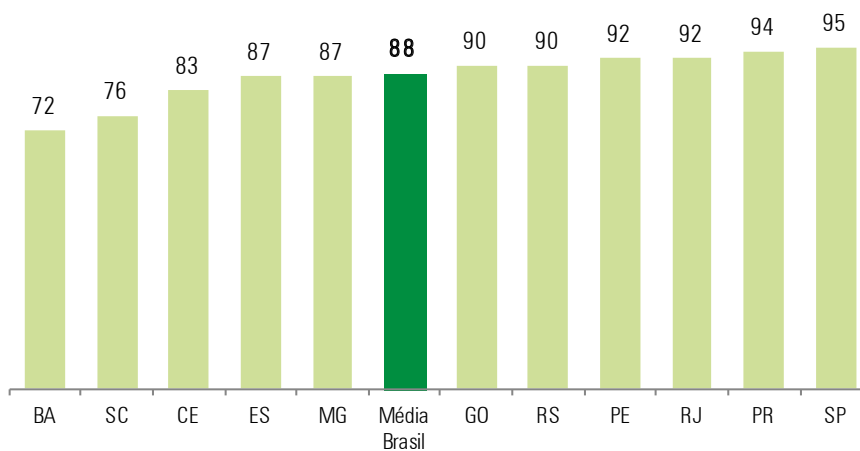
Imposto que mais impacta no orçamento familiar

Percentual de respostas (%)



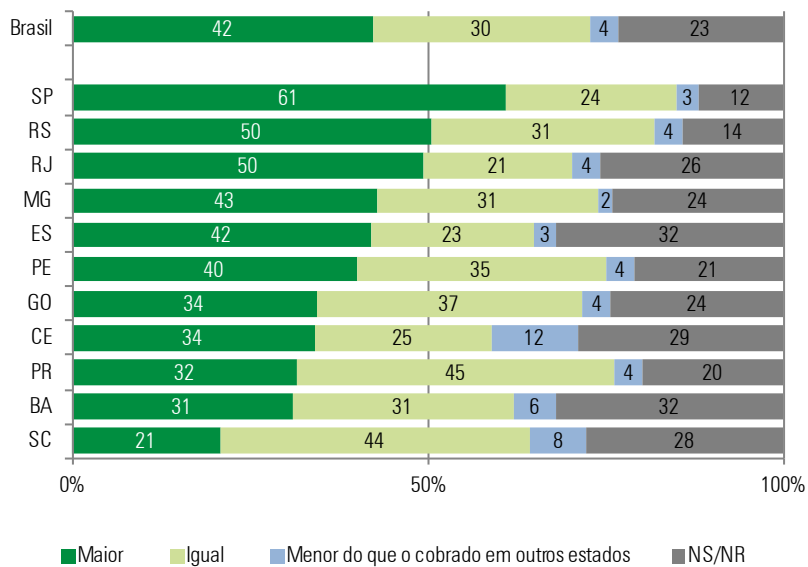
Percentual que considera o ICMS elevado ou muito elevado

Percentual de respostas (%)



ICMS do estado com relação ao dos demais estados

Percentual de respostas (%)



4 Especificações técnicas da pesquisa

Período de campo

De 9 a 12 de julho de 2013.

Universo

A pesquisa é realizada com eleitores de 16 anos ou mais da área em estudo. O universo de eleitores é estratificado. Com exceção dos estados do Acre, Amapá e Roraima que juntos constituem apenas um estrato, cada um dos demais estratos é composto por apenas um estado brasileiro. Uma vez que o Estado possua Região Metropolitana, o seu universo é estratificado em Região Metropolitana e Interior.

Amostra

O modelo de amostragem utilizado é o de conglomerados em 3 estágios.

No primeiro estágio os municípios são selecionados probabilisticamente através do método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), com base na população de 16 anos ou mais de cada município.

No segundo estágio são selecionados os conglomerados: setores censitários, com PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho) sistemático. A medida de tamanho é a população de 16 anos ou mais residente nos setores.

Finalmente, no terceiro estágio é selecionado em cada conglomerado um número fixo de eleitores segundo cotas de variáveis descritas abaixo.

Variáveis para cotas amostrais

- SEXO: Masculino e Feminino.
- GRUPOS DE IDADE: 16-17, 18-24, 25-34, 35-44, 45-54, 55-64 e 65 anos e mais.
- INSTRUÇÃO: Até 4ª série do fund.; 5ª a 8ª série do fund.; Ens. Médio; Superior.
- ATIVIDADE: Setor de dependência - agricultura, indústria de transformação, indústria de construção, outras indústrias, comércio, prestação de serviços, transporte e comunicação, atividade social, administração pública, outras atividades, estudantes e inativos.
- FONTES DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DA AMOSTRA: Censo 2010 e TSE 2012.
- NÚMERO DE ENTREVISTAS: 7686 entrevistas em 434 municípios, sendo 2.002 entrevistas para amostra nacional, e complemento de 5.684 entrevistas em 11 Estados. Nos estados da Bahia (BA), Ceará (CE), Pernambuco (PE), Espírito Santo (ES), Paraná (PR), Santa Ca

- Catarina (SC), Rio Grande do Sul (RS) e Goiás (GO) foram feitas 602 entrevistas e, 812 entrevistas nos Estados de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Minas Gerais (MG).

Posteriormente, para restabelecer o peso de cada estado, os resultados foram ponderados com os fatores descritos a seguir:

Estados	Entrevistas Realizadas	Entrevistas Proporcionais	Fator
Acre	14	14	1
Amazonas	28	28	1
Pará	70	70	1
Rondônia	14	14	1
Roraima	14	14	1
Tocantins	14	14	1
Alagoas	28	28	1
Bahia	602	140	0,2325581
Ceará	602	84	0,1395349
Maranhão	56	56	1
Paraíba	42	42	1
Pernambuco	602	84	0,1395349
Piauí	28	28	1
Rio Grande do Norte	28	28	1
Sergipe	14	14	1
Espírito Santo	602	42	0,0698
Minas Gerais	812	210	0,2586
Rio de Janeiro	812	168	0,2069
São Paulo	812	462	0,5690
Paraná	602	112	0,1860
Rio Grande do Sul	602	126	0,2093
Santa Catarina	602	70	0,1163
Distrito Federal	28	28	1
Goiás	602	70	0,1162791
Mato Grosso do Sul	28	28	1
Mato Grosso	28	28	1
Total	7.686	2.002	

- **MARGEM DE ERRO:** O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.
- **COLETA DE DADOS:** Entrevistas pessoais com utilização de questionário elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa. As entrevistas são realizadas por uma equipe de entrevistadores do IBOPE, devidamente treinada para abordagem deste tipo de público.
- **CONTROLE DE QUALIDADE:** Há filtragem em todos os questionários após a realização das entrevistas. Fiscalização em aproximadamente 20% dos questionários.

OBSERVAÇÃO: As perguntas cujas somas das porcentagens não totalizam 100% são decorrentes de arredondamentos ou de múltiplas respostas.

Perfil da amostra Brasil
Percentual de respostas (%)

Sexo	
Masculino	48
Feminino	52
Idade	
16 a 24	19
25 a 29	24
30 a 39	20
40 a 49	17
50 e mais	21
Grau de instrução	
Até 4ª série do fundamental	28
5ª a 8ª do fundamental	20
Ensino Médio	36
Superior	16
Região	
Norte/Centro-Oeste	11
Nordeste	29
Sudeste	44
Sul	15

Renda familiar (em salários mínimos)	
Mais de 10	2
Mais de 5 a 10	10
Mais de 2 a 5	34
Mais de 1 a 2	32
Até 1	14
Não respondeu	8
Condição do município	
Capital	28
Periferia	13
Interior	59
Porte do município (em número de habitantes)	
Até 20 mil	15
Mais de 20 a 100 mil	23
Mais de 100 mil	62

Lista de publicações RETRATOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA:

- 1 - Educação – Agosto 2010
- 2 - Meio Ambiente – Dezembro 2010
- 3 - Qualidade dos Serviços Públicos e Tributação – Março 2011
- 4 - Locomoção Urbana – Agosto 2011
- 5 - Segurança Pública – Outubro 2011
- 6 - Saúde Pública – Janeiro 2012
- 7 - Meio Ambiente – Maio 2012
- 8 - Inclusão Financeira – Junho 2012
- 9 - Hábitos de Consumo e Endividamento – Novembro 2012
- 10 - Burocracia – Julho 2013
- 11 - Qualidade dos Serviços Públicos e Tributação – Julho 2013

CNI

DIRETORIA DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS

José Augusto Coelho Fernandes

Diretor

Gerência Executiva de Pesquisa e Competitividade - GPC

Renato da Fonseca

Gerente-Executivo

Isabel Mendes de Faria

Edson Velloso

Analistas

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO - DIRCOM

Carlos Alberto Barreiros

Diretor

Gerência Executiva de Publicidade e Propaganda - GEXPP

Carla Cristine Gonçalves de Souza

Gerente-Executiva

Carla Regina P. Gadêlha

Produção Editorial

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS – DSC

Área de Administração, Documentação e Informação – ADINF

Maurício Vasconcelos de Carvalho

Gerente-Executivo

Gerência de Documentação e Informação – GEDIN

Mara Lucia Gomes

Gerente de Documentação e Informação

Alberto Nemoto Yamaguti

Normalização

IBOPE Inteligência

Elaboração da Pesquisa



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA